

“Guerra ao Terror”: A (des)construção de uma resposta estratégica de combate ao terrorismo¹

Walkiria Zambrzycki Dutra

Walkiria Zambrzycki Dutra

é doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

E-mail: walkiriazdutra@iesp.uerj.br

Resumo

A definição de “Guerra ao Terror”, desde o seu início, teve alvos e objetivos inéditos. Segundo o presidente Bush, não foi só a nação norte-americana quem sofreu com os atentados terroristas do 11 de setembro, mas também a liberdade. Dessa forma, os inimigos não devem ser somente combatidos, mas levados à justiça. A “Guerra ao Terror” seria a resposta eficiente a esses e outros desafios. Entretanto, existem dois públicos-alvo que têm aspirações e participação diferenciada: os cidadãos norte-americanos; e a Sociedade Internacional. A justificativa e implementação da “Guerra ao Terror” na arena doméstica e internacional serão interpretadas através da análise de conteúdo de quatro discursos selecionados proferidos pelo Presidente Bush, no período de setembro de 2001 a setembro de 2002, a fim de analisar tal processo de construção da estratégia americana de combate ao terrorismo. Acreditamos que a forma com o que o governo norte-americano assimilou a noção de terror aos grupos terroristas e a luta pela liberdade como missão dos governos democráticos modificou a percepção que se tinha até então sobre: o fenômeno terrorismo; aqueles que o praticam; e o tipo de Estado que potencialmente o alimenta. Com isso, tem-se a construção de uma guerra de valores.

Palavras-chave

Estados Unidos da América, liberdade, paz, terror, terrorismo.

Abstract

The definition for “War on Terror” had, since its beginning, targets and objectives never seen before. According to President Bush, not only the north-American nation has suffered with the terrorists attacks on September 11, but freedom itself. As a result, the enemies should not only be defeated, yet brought to justice. The “War on Terror” would be the efficient answer for these and other challenges. However, there are two publics for this matter, both of them with different aspirations and kinds of engagement: the north-American citizens and International Society. The justification and implementation of the “War on Terror” in both domestic and international arena will be interpreted through the analysis of four speeches made by President Bush between September 2001 to September 2002 in order to analyze the process of building a north-American strategy for terrorism. We believe that the way north-American government assimilated the idea of “terror” to terrorist groups and the fight for freedom as a mission of democratic governments modified the perception about: the phenomenon of terrorism; who practices it; and the type of states that most likely support them. As a result, the “war on terror” built a war of values.

“Guerra ao Terror”: A (des)construção de uma resposta estratégica de combate ao terrorismo¹

Walkiria Zambrzycki Dutra

Keywords

Liberty, Peace, Terror, Terrorism, United States of America.

Introdução

Os chamados “eventos históricos” desvendam uma série de análises pormenorizadas acerca de suas possíveis origens e causas. Este tem sido o caso dos acontecimentos que ocorreram no dia 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América. Naquela manhã, nos aeroportos de Boston, Washington e Newark, quatro aviões das companhias norte-americanas *United Airlines* e *American Airlines* tiveram suas rotas desviadas, cada qual com destino a um dos quatro edifícios norte-americanos: a Casa Branca (o símbolo político)², o Pentágono (o símbolo militar) e as torres gêmeas do *World Trade Center* (o símbolo econômico)³.

As origens, causas e respostas aos ataques remetem à prática do terrorismo, fenômeno antigo que voltou a se manifestar com mais intensidade nos séculos XX e XXI. No entanto, a sua percepção foi se modificando ao longo do tempo, e a forma como o Estado visa combatê-lo não foi e permanece sendo não trivial. Para muitos autores, o 11 de setembro representou um marco histórico e tornou-se um dos eventos mais importantes do século XXI por ser o exemplo máximo desse fenômeno nos tempos atuais (OLIC, 2005). Podemos concordar com tal visão à medida que analisamos as consequências tanto para o Sistema Internacional quanto para a política externa de vários países, em especial os Estados Unidos.

A proposta deste artigo é abordar estes dois aspectos: apresentar uma discussão de cunho teórico acerca do fenômeno do terrorismo; e posteriormente analisar e o processo de construção inicial da estratégia norte-americana de combate ao terrorismo entre os anos de 2001 e 2002. Argumentamos que a “Guerra ao Terror” é uma ideia construída visando dois públicos: o interno (a sociedade norte-americana); e o externo (representado pelas Nações Unidas).

Dividimos a estrutura do trabalho da seguinte forma. Na primeira parte, iremos discutir o conceito de terrorismo. Na segunda e terceira parte, abordaremos a estratégia norte-americana através da análise conhecida como Construtivismo Estrutural (WENDT, 1999), uma vez que esta perspectiva se volta para o entendimento do papel das capacidades materiais, das ideias e dos interesses na constituição da estrutura social do Sistema Internacional que afetam o comportamento dos Estados. Estas são características essenciais para a interpretação das medidas antiterroristas instauradas pelo governo norte-americano, tal como a “Guerra ao Terror”, objeto de estudo a ser pormenorizado. Assim, não se pretende analisar o processo de construção da política externa norte-americana, mas apresentar, à luz da perspectiva teórica do Construtivismo, no campo das Relações Internacionais, a interação entre os seus atores diante de uma nova ideia.

Para tanto, a metodologia adotada analisará quatro discursos do Presidente Bush escolhidos para dialogar com os públicos doméstico e externo. O primeiro discurso

adereçado à nação sobre o 11 de setembro, pronunciado neste mesmo dia (em inglês, *statement by the president in his address to the nation*), e o tradicional discurso conhecido como Estado da União (em inglês, *State of the Union Address*), pronunciado em janeiro de 2002, serão entendidos como falas ao público interno. A fala ao público externo está conscrita ao ambiente das Nações Unidas (ONU), por isso a escolha dos discursos à 56ª e 57ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em novembro de 2001 e setembro de 2002, respectivamente. Em ambos os casos, analisaremos os discursos através do uso e do contexto de aplicação de três palavras-chave "América", "Terror" e "Paz". Estas representariam, respectivamente: a razão do ataque, o inimigo e os aliados externos.

162

Após a análise, será feita uma comparação entre os contextos interno e externo, a fim de melhor caracterizar como a perspectiva de construção da guerra ocorreu nesses dois níveis. Acreditamos que a forma com o que o governo norte-americano assimilou a noção de terror a grupos e Estados terroristas, e a luta pela liberdade como missão dos governos democráticos modificou a percepção que se tinha até então sobre: o fenômeno terrorismo; aqueles que o praticam; e o tipo de Estados que potencialmente o alimentam. A tentativa de Bush é demonstrar que a ameaça terrorista é global, mas somente aqueles que não estiverem ao lado do governo norte-americano são perpetradores da prática terrorista. A construção dos valores da "Guerra ao Terror" seria, em última instância, menos de convencimento e mais unilateral.

1. Uma abordagem teórica para o terrorismo

O termo terrorismo é de difícil definição porque, além da mudança nas práticas do terrorismo ao longo do tempo, ele "tem a propensão de ser uma questão de percepção e, dessa forma, é visto de forma diferente por observadores diferentes" (CRONIN, 2002:32, tradução nossa). Fato que corrobora tal afirmação está na tentativa de levantamento bibliográfico sobre o assunto. Um conceito para o fenômeno terrorismo que abrangesse toda a sua dinâmica e funcionamento e que não sofresse controvérsias acadêmicas é tarefa praticamente impossível (CRONIN, 2002; DINIZ, 2004). Todavia, aproximarmos-nos da sociologia com a teoria da ação, cuja principal característica reside na sua busca por compreender o porquê do comportamento do ator em contextos de interação específicos (BOUDON, 1996).

Os fenômenos sociais são estudados a partir do sentido do comportamento dos atores, a compreensão desse comportamento e a razão que leva o ator a fazer tal ação (BOUDON, 1996). A ação é sempre dotada de um sentido, e a sua compreensão advém do esforço analítico em entender as atitudes e ações a partir das convicções dos próprios atores ao atribuir individualmente sentido às suas ações. Segundo Boudon (1996), todo comportamento do ator é, em princípio, compreensível. A dificuldade em compreendê-la reside principalmente em "se colocar no lugar do observado" (BOUDON, 1996: 37).

Nessa perspectiva, uma conceituação de terrorismo que envolve os principais aspectos acordados entre os autores que estudam o tema, adequada ao presente estudo, considera o terrorismo como um fenômeno social que possui as seguintes características: a violência como meio de ação; a realização de um objetivo como o fim último da ação; e como alvo da violência a morte em grandes proporções de civis inocentes, o que caracterizar-se-ia como o emprego da força física de forma indiscriminada (BARBER, 2005; BLACK, 2004; DINIZ, 2004; HOMER-DIXON, 2002; SAINT-PIERRE, 2015). O resultado dessas características revela o aspecto peculiar que diferencia o terrorismo de outras formas de violência:

a magnitude do ato em si teria com o objetivo gerar pânico e medo em um aspecto psicológico que vai muito além do número de mortos.

163

A fim de cumprir os objetivos desse artigo e evitar duplas interpretações, o conceito de terrorismo aqui utilizado é o de terrorismo transnacional, cuja prática data da década de 60. Com o acirramento do conflito entre árabes e israelenses no Oriente Médio, atos terroristas se tornaram mais frequentes na região, passando a envolver cidadãos de outros Estados em um espaço geográfico além de sua atuação original. O maior exemplo de ato terrorista desse período foi o sequestro e assassinato de atletas israelenses por árabes membros da Organização da Libertação da Palestina (OLP) nas Olimpíadas de Munique, na Alemanha, em 1972 (ENDERS; SANDLER, 2002). Tal ato leva, a partir de então, o terrorismo a assumir um caráter transnacional:

Sempre que um incidente terrorista (como, por exemplo, um ataque-bomba, sequestro ou assassinatos) em um país envolver vítimas, alvos ou instituições de pelo menos um outro país, o incidente é transnacional (ENDERS, SANDLER, 2002:146, tradução nossa).

Ao comparar a prática do terrorismo transnacional às primeiras demonstrações no final do século XVIII (BERGESEN, LIZARDO, 2004; DINIZ, 2004), é possível ressaltar a diferença de percepção do terrorismo a partir de quem o pratica. Dado o caráter transnacional dos grupos terroristas, cada vez mais tem ocorrido a construção de um "perfil terrorista" para certos Estados que muitas vezes é equivocada em suas justificativas (BARBER, 2005; LOSURDO, 2010). A tecnologia (DEUTCH, 1997), a mídia (ENDERS, SANDLER, 1999) e a globalização (CRONIN, 2002; HOMER-DIXON, 2002; VIOLA, LEIS 2001), dentre outros, têm influenciado a construção dessa visão de mundo que assimila valores culturais e até mesmo religiosos a Estados e grupos específicos, bem como contribui para modificar a forma pela qual o terrorismo tem sido praticado até então.

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 simbolizam, para a literatura, o exemplo máximo de uma nova era para as atividades terroristas transnacionais, iniciada na década de 90 (BERGESEN, LIZARDO, 2004; CRONIN, 2002, CRENSHAW, 2000).⁴ Segundo os autores, podemos resumir certas características dessa nova fase incluindo, dentre outros: a organização terrorista em redes transnacionais; as demandas terroristas têm se tornado mais vagas e muito abrangentes; a ideologia terrorista tem assumido um caráter mais religioso; os alvos terroristas estão dispersos mundialmente; e a violência terrorista tem se tornado mais indiscriminada. O 11 de setembro é o exemplo máximo desse período devido à magnitude logística, visual e midiática dos ataques e pelo número de mortos: 2.992.⁵

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 também colocaram em evidência um impasse no quadro de referência dos Estados com relação ao uso da força (CRONIN, 2002). A visão mais clássica das teorias de Relações Internacionais admite que o Estado é o principal ator do Sistema Internacional (JERVIS, 1985; WALTZ, 2000), e mesmo aquelas que tratam de temas sobre governança e o papel das Instituições Internacionais entendem que a forma de ação no uso da força e coerção é aplicada por um Estado contra outro a partir de um quadro de normas e regras (CRONIN, 2002; ROSENAU, 2000; SANTOS FILHO, *no prelo*).

Por isso, devido às características do terrorismo transnacional acima citadas, há uma transformação desse cenário, em que as práticas chamadas de convencionais muitas vezes não se aplicam no combate ao terrorismo transnacional (CRONIN, 2002). Uma vez

que ocorreu uma mudança no quadro de interação dos atores, novos discursos podem ser vistos como a forma de construção de um novo compartilhamento das ideias que permeiam o Sistema Internacional (NABERS, 2001). É o que analisaremos a seguir para o caso norte-americano.

164

2. O terror e a nação norte-americana: perspectiva doméstica

O objeto de estudo deste trabalho foram os discursos do Presidente Bush, já que a perspectiva teórica do Construtivismo Estrutural elaborado por Alexander Wendt (1999) pressupõe que as ideias expressas nas falas dos agentes correspondem às suas ações. Além disso, uma vez que os discursos foram produzidos tendo em vista a relação e as interações tanto com o mundo exterior quanto com os demais sujeitos sociais envolvidos no processo, os discursos do Presidente Bush fazem parte de um conjunto de interpelações acerca dos atentados terroristas de 11 de setembro e da determinação histórica de um contexto específico.

A construção da resposta estratégica dos Estados Unidos ao terrorismo para o público norte-americano começa no mesmo dia que o país sofreu os ataques, no dia 11 de setembro de 2001. O Presidente Bush, desde o discurso de 11 de setembro, expressa para a nação norte-americana a ideia de que a nação foi atacada pelo mal, que se manifestou através do terrorismo. Segundo palavras do Presidente:

A América foi o alvo dos ataques porque nós somos o farol mais iluminado da liberdade e da oportunidade no mundo. E ninguém vai deixar essa luz parar de brilhar. Hoje a nossa nação viu o mal, o pior da natureza humana. E nós respondemos com o melhor da América. (...) A América com os nossos amigos e aliados se junta com todos aqueles que querem paz e segurança no mundo, e nós estamos juntos para vencer a guerra contra o terrorismo (BUSH, 2001a, tradução nossa).

De acordo com as palavras do presidente norte-americano, três aspectos podem ser ressaltados como relevantes para a análise da construção da guerra que estaria por vir: (1) a razão dos ataques; (2) o inimigo; e (3) os aliados externos. O presidente Bush situa os Estados Unidos como o principal país difusor da liberdade e da oportunidade no mundo porque são características intrínsecas ao país. Tal fato teria levado o inimigo a atacar o "farol iluminado da liberdade". O inimigo seria a própria expressão do mal justamente porque ele quer destruir aquilo que difunde a liberdade e as oportunidades, ou seja, os Estados Unidos da América. Por fim, do ponto de vista externo, todos os Estados que compartilham dos mesmos valores e desejam a paz estão ao lado dos EUA para erradicar este mal e, por consequência, não deixar que a luz da liberdade e das oportunidades deixe de brilhar. Ou seja, a relação é quase que direta entre preservar a liberdade (e se aliar aos Estados Unidos) e destruir o terrorismo.

Essa construção de valores, iniciada desde o primeiro discurso proferido pelo Presidente acerca do 11 de setembro de 2001, não é considerada, para muitos autores, como uma novidade no caso norte-americano. Em que pese o argumento que os governos considerados democráticos estariam sujeitos a maior incidência de ataques terroristas dada a maior liberdade de expressão e acesso aos meios de comunicação (HAMILTON, HAMILTON, 1983), e por representarem o sistema capitalista do mundo ocidental (WEDGWOOD, 2002), os Estados Unidos são considerados o Estado-símbolo de manifestações que vão contra a imposição de valores ocidentais como os valores universais, dada a posição deste no Sistema Internacional como uma grande potência mundial (AYERBE, 2003). Essa posição é reforçada pela literatura que afirma que a construção da política externa norte-americana tem sido pautada pelo seu

"excepcionalismo" em termos de sua trajetória histórica e papel no mundo (FONSECA, 2007), de forma que:

165

A variante secular do excepcionalismo tende a enfatizar as peculiaridades do modelo político democrático e liberal construído no país, por vezes advogando a necessidade de promovê-lo (e reproduzi-lo) mundo afora (FONSECA, 2007, p. 150).

O tipo de resposta ao 11 de setembro teria sido, de alguma forma, a extensão desse processo. Nesse mesmo ponto de vista, mas a partir de argumentos ligados à perspectiva teórica realista, segundo Cristina Pecequilo (2003), o 11 de setembro teve a capacidade de ordenar a agenda da política externa norte-americana do então Presidente George W. Bush ao longo de seu mandato recém iniciado, que se estenderia até o ano de 2009. Ou seja, o desenrolar desse evento foi a prioridade de atuação de seu governo no cenário internacional.

No caso dos discursos do Presidente Bush pós-11 de setembro, tendo como base a construção desses parâmetros (a razão do ataque, o inimigo e os aliados externos), é possível analisar como o presidente Bush vai construir o sentido da estratégia de combate ao terrorismo para o público doméstico e externo através da análise de três palavras presentes nos quatro discursos aqui analisados: "América", "Terror" e "Paz".

Para o público doméstico, o presidente Bush constrói a palavra "América" com dois sentidos: (1) o de nação para os norte-americanos; e (2) como potência internacional. Em relação ao primeiro, o presidente Bush tenta atribuir sentido aos ataques por meio da percepção de que os EUA foram atacados devido aos valores inerentes à própria nação norte-americana e que, por isso, todos devem (e podem) contribuir para combater o terrorismo. Como exemplo:

A América precisa de cidadãos que estendam a compaixão do nosso país a todas as partes do mundo. (...) A minha chamada para esta noite é para que cada americano se comprometa pelo menos dois anos – 4000 horas do resto da sua vida – para o serviço dos seus vizinhos e da sua nação (BUSH, 2002a, tradução nossa).

Segundo a citação, tem-se uma demonstração da superioridade dos valores norte-americanos no que diz respeito ao seu papel de difusor da liberdade. Os cidadãos norte-americanos, conhecedores da vida em liberdade, representariam a compaixão do seu país para o restante do mundo ao lutar na guerra contra o terror. A partir dessa exaltação dos valores inerentes à nação norte-americana, o presidente Bush aproveita para formar o exército que irá lutar na guerra, através do alistamento daqueles dispostos, não a levar ao restante do mundo a guerra e a destruição como os terroristas fizeram, mas estender a compaixão para salvar o mundo da própria morte e destruição.

Os ataques terroristas não teriam sido capazes de abalar os valores norte-americanos. Pelo contrário. Teria ocorrido uma percepção de que os cidadãos podem ser melhores ao contribuir com os seus cidadãos e país.

Nenhum de nós jamais teria desejado o mal que foi feito em 11 de setembro. Entretanto, depois que a América foi atacada, foi como se nosso país inteiro tivesse se olhado no espelho e tivéssemos visto o melhor de nós mesmos. Nós fomos lembrados que nós somos cidadãos com obrigações para um com o outro, nosso país e para a história. Nós começamos a pensar menos nos bens que nós podemos acumular e mais no bem que nós podemos fazer (BUSH, 2002a, tradução nossa).

Mais uma vez, o sentido de nação para os norte-americanos é enfatizado de forma patriótica ao supervalorizar os valores do povo norte-americano. Cada cidadão tem papel fundamental na construção de um país melhor. Esses valores são tão importantes que os terroristas não teriam tido força e poder suficiente para destruir o seu alvo (no caso, os Estados Unidos da América), pois o cerne da nação não foi abalado:

166

Durante esses últimos meses, eu fui humilde e privilegiado de ver o verdadeiro caráter desse país em um período de provação. Os nossos inimigos acreditaram que a América era fraca e materialista, que nós iríamos difundir o medo e o egoísmo. Eles estavam tão errados quanto eles são maus (BUSH, 2002a, tradução nossa).

Novamente, os valores norte-americanos são contrastados em relação ao inimigo. O inimigo seria mau, e os Estados Unidos seriam aqueles que representariam o contrário desse mal. Além do presidente Bush demonstrar a grandiosidade dos Estados Unidos como nação, há também o destaque na atuação dos Estados Unidos no âmbito externo. O presidente norte-americano constrói o seu país como uma potência internacional ao caracterizar: (1) a capacidade militar de suas ações; (2) a perseguição dos terroristas em todos os lugares do mundo; e (3) a habilidade dos EUA em reconstruir países devastados por regimes opressores e com bases de treinamento de redes terroristas; e (4) a capacidade de ação unilateral no Sistema Internacional.

Em relação ao primeiro item, dado que o Exército, como todas as Forças Armadas, é o principal recurso para a guerra, enfatiza-se a importância destes tanto no seu papel de lutar contra o mal maior que representa o terrorismo, mas também de garantir a segurança dos cidadãos norte-americanos na defesa dos interesses nacionais. Como exemplo, no discurso do dia 11 de setembro de 2001, o Presidente Bush afirma:

Imediatamente seguindo o primeiro ataque, eu implementei um plano emergencial de resposta do nosso governo. O nosso exército é poderoso, e ele está preparado. Nossas equipes de emergência estão trabalhando na cidade de Nova York e em Washington para ajudar a equipe de resgate local. A nossa primeira prioridade é levar ajuda àqueles que tenham sido feridos, e tomar qualquer precaução para proteger os nossos cidadãos em casa e ao redor do mundo de possíveis ataques futuros (BUSH, 2001a).

Em relação à habilidade de reconstrução de outros países, o Afeganistão é o grande exemplo. O Presidente Bush acreditava que o processo deveria começar com uma operação destinada a capturar, ou matar, o líder da *Al Qaeda*, Osama Bin Laden, uma vez que tal organização estava sendo monitorada pela CIA desde 1993, além de ter sido a organização terrorista identificada como a que realizou os ataques terroristas em 11 de setembro.

Após este atentado, no mês seguinte (em outubro de 2001), os Estados Unidos comandaram uma ação militar contra o Afeganistão, ação esta que fazia parte da chamada "Guerra ao Terror"⁶. No primeiro discurso do Presidente à nação (o tradicional *Address to the Nation*), em janeiro de 2002, apesar do presidente não detalhar como se deu a ação militar no Afeganistão, o Presidente informa dos avanços obtidos com a Guerra ao Terror:

Nós nos encontramos na última vez em um momento de choque e sofrimento. Em quatro curtos meses, a nossa nação tem confrontado as vítimas, começou a reconstruir Nova York e o Pentágono, reunimos uma grande coalizão, capturamos, prendemos, e livramos o mundo de milhares de terroristas. Destruímos os campos de treinamento terrorista no Afeganistão,

salvamos uma população da fome, e libertamos um país de uma opressão bruta (BUSH, 2002a).

167

A partir do Afeganistão e, em relação à perseguição dos terroristas ao redor do mundo, o Presidente afirma que eles serão perseguidos e combatidos:

(...) os inimigos veem o mundo inteiro como um campo de batalhas, e nós devemos persegui-los onde quer que eles estejam. (...) enquanto campos de treinamento existir e nações acobertarem terroristas, a liberdade está em risco. E a América e os seus aliados não devem, e não irão permitir que isso aconteça (BUSH, 2002a, tradução nossa).

Para o presidente Bush, os terroristas devem ser combatidos não somente em prol da proteção do Estado e da nação norte-americana e seus aliados, mas sim porque o terrorismo é uma ameaça à liberdade. O presidente Bush deixa claro que esta ameaça não será tolerada, o que representa também a capacidade discursiva levantada pelos Estados Unidos enquanto potência internacional de impor aquilo que deve ou não ser permitido.

Os Estados Unidos são também uma potência internacional pela sua grande capacidade de ação militar capaz de atuar na Ásia, Europa e África:

Enquanto a ação militar mais visível é no Afeganistão, a América está atuando em todos os lugares. Nós agora temos tropas nas Filipinas, ajudando a treinar as forças armadas daquele país a ir atrás de células terroristas que executaram americanos, e ainda mantêm reféns. Nossos soldados trabalhando com o governo bósnio perseguiram terroristas que estavam tentando instalar uma bomba em nossa embaixada. Nossa marinha está patrulhando a costa da África para bloquear o suprimento de armas e o estabelecimento de campos terroristas na Somália (BUSH, 2002a, tradução nossa).

O que o presidente Bush quer dizer é que os Estados Unidos já estão em guerra contra o terror, e a sua área de atuação é abrangente. O governo norte-americano tem trabalhado com diversos países para proteger embaixadas e destruir células terroristas que ameaçavam o seu país. Através desse exemplo, o presidente Bush tenta demonstrar que os Estados Unidos podem estar em qualquer lugar de forma a garantir não somente a sua própria segurança, mas a segurança do próprio mundo, o que fomentaria a capacidade militar norte-americana de combater o terrorismo.

Por fim, os EUA têm a capacidade de se posicionar de forma unilateral no sistema internacional de forma a garantir a sua segurança nacional acima da segurança coletiva ao enfatizar que "todas as nações devem saber: a América irá fazer o que for necessário para garantir a segurança do nosso país" (BUSH, 2002a, tradução nossa). As palavras utilizadas pelo Presidente dão a entender que, a fim de garantir a segurança do Estado norte-americano, possíveis regras e normas vigentes no Sistema Internacional podem não assumir importância diante da magnitude do problema representado pelo terrorismo.

Em relação à terceira palavra a ser analisada, o termo "Terror" adquire, na fala do Presidente Bush, sentidos diferentes quando inseridos no contexto interno e externo. Em relação ao primeiro, dá-se início ao ano de 2002 no tradicional "discurso à nação" (em inglês, *address to the nation*), com grande ênfase nas ações que se desenrolam após o 11 de setembro. No caso da palavra "terror", os sentidos encontrados neste discurso são: (1) Guerra ao Terror (em inglês, "*war on terror*"), (2) prática terrorista; e (3) ato de terror.

Em relação ao sentido de Guerra ao Terror, o presidente norte-americano demonstra o progresso da mesma e, acima de tudo, enfatiza que a Guerra ao Terror tem sido combatida através da capacidade e força inerentes à nação norte-americana. Como exemplo:

O nosso progresso é um tributo ao espírito do povo afegão, à determinação da nossa coalizão

e à força das forças armadas norte-americanas. (...) Quando eu convoquei nossas tropas para a ação, eu o fiz com total confiança na sua coragem e habilidade. E hoje, graças a eles, nós estamos vencendo a Guerra ao Terror. (BUSH, 2002a, tradução nossa).

168

Novamente, a nação norte-americana tem papel chave no combate ao terrorismo. A confiança e a coragem do exército é um dos grandes fatores pelos quais o Presidente afirma que a Guerra ao Terror pode, aparentemente, ser combatida. A palavra "Terror" também tem o sentido de ato de terror. O termo foi adotado pela primeira vez durante a Revolução Francesa em 1795 e indica uma política estratégica de:

disposição assimétrica de ameaça e violência contra inimigos usando meios que extrapolam as formas de lutas políticas rotineiramente operadas dentro de um certo regime (TILLY, 2004:5, tradução nossa).

Segundo o autor, a primeira vez que o terror foi utilizado com tal objetivo foi durante o período do "Reino do Terror" (ou simplesmente "terror") na Revolução Francesa. O governo republicano liderado por Maximilien de Robespierre no período de 1793 e 1794 utilizava o terror como forma de "(...) ação contra os seus inimigos domésticos" (TILLY, 2004:9, tradução nossa). O principal instrumento utilizado nessas ações foi a guilhotina, ou seja, os inimigos domésticos, acusados muitas vezes sem provas e, após julgamentos imparciais, eram executados quase que sumariamente. A partir dessa data, o terror passa a ser exercido de outras formas, o terrorismo podendo ser uma delas (CRONIN, 2002; TILLY, 2004).

No discurso do presidente Bush destinado à nação norte-americana, em 2002, não só os grupos terroristas praticam atos de terror. Estados que desafiam as regras internacionais, que não são democracias liberais e/ou tidos como protetores de grupos que praticam terrorismo, como no caso do Iraque, são considerados de forma similar a estes mesmos grupos:

O Iraque continua a demonstrar hostilidade frente a América e dá suporte ao terror. O regime iraquiano tentou desenvolver o anthrax, gás nervoso, e armas nucleares por mais de uma década. Este é um regime que já usou gases venenosos para matar milhares dos seus próprios cidadãos (...) Este é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado (BUSH, 2002a, tradução nossa).

Através dessa citação, pode-se perceber que o presidente divide o mundo entre civilizado e não-civilizado. No mundo não-civilizado, ter-se-ia a possibilidade de utilização de gases venenosos contra os seus próprios cidadãos. Logo, esses países também poderiam fazer uso de armas nucleares para possivelmente utilizá-las contra outras nações. O Iraque seria o grande exemplo de país que poderia fazer tal ato⁷. Já o mundo civilizado seria composto daqueles que querem combater esse mal e fazer prevalecer a paz e a justiça sobre todas as nações.

Nessa perspectiva, comportamentos estatais que desafiam regras de segurança coletiva acordadas entre os Estados, principalmente aquelas relativas à produção de armas de destruição em massa, são associados ou tidos como terroristas. Esse sentido é atribuído no discurso do presidente Bush quando este caracteriza, para seus cidadãos, as potenciais formas de violência de que se valem os terroristas ao praticarem o terror. Como exemplo:

O nosso segundo objetivo é prevenir os regimes que patrocinam o terror de ameaçarem a América e os nossos amigos e aliados com armas de destruição em massa. Alguns desses regimes têm estado quietos desde 11 de setembro. Mas nós conhecemos a sua verdadeira natureza. A Coreia do Norte é um regime armado com mísseis e armas de destruição em massa, enquanto deixa seus cidadãos passando fome (BUSH, 2002a, tradução nossa).

Nesta acepção, o terror pode ser também praticado por Estados que produzem e/ou estocam armas de destruição em massa, pois também podem ser um meio a partir do qual os terroristas podem causar mortes. A Coreia do Norte seria um desses países que patrocina o terror. Dessa forma, fica claro que o presidente já começa a definir que Estados podem ser alvos da Guerra ao Terror, e não somente organizações terroristas.

169

A identificação do inimigo constrói a possibilidade de que a situação gerada pelos ataques será combatida pela guerra e, no caso norte-americano, a última produz um efeito ainda maior dadas características próprias da sociedade norte-americana:

A guerra é, afinal de contas, uma palavra que nos é muito familiar. (...) As guerras são lutadas para preservar o nosso estilo de vida (...) elas são lutadas para serem vencidas, ou pelo menos até os nossos presidentes declararem que elas foram vencidas, ao mesmo tempo que – como no Iraque e no Afeganistão – soldados, a milícia, a polícia e os civis continuam se matando ‘para preservar a paz (GOODALL, 2006, p. 39, tradução nossa).

A possibilidade da guerra também reforça a ideia de alteração da política de combate a ataques terroristas pelo governo norte-americano. Antigamente, as medidas de combate se davam através de princípios, acordos multilaterais e medidas de combate firmadas por Organizações Internacionais e Estados. A resposta dos Estados Unidos aos ataques de 11 de setembro configura-se como uma guerra (HARVARD LAW REVIEW, 2002).

A última palavra a ser analisada é “Paz”. No discurso à nação, paz está associada aos sentidos de: (1) pacífico; e (2) paz mundial. Em relação ao sentido de pacífico, o presidente norte-americano enfatiza que o objetivo da Guerra ao Terror é superar o mal e conquistar um mundo pacífico “(...) porque nós temos um objetivo maior do que eliminar ameaças e conter os ressentimentos. Nós buscamos um mundo justo e pacífico além da Guerra ao Terror” (BUSH, 2002a, tradução nossa). Logo, a Guerra ao Terror levaria para o mundo não só a liberdade, mas também a justiça e a paz.

O outro sentido de paz que o presidente Bush endossa à nação é o de “paz mundial”. Segundo o presidente, os Estados Unidos e outros países estão buscando a paz, de forma que todos os países vivam de forma pacífica: “A América está trabalhando com a Rússia, China e Índia, de forma que nós nunca havíamos visto antes, para atingir a paz e a prosperidade” (BUSH, 2002a, tradução nossa). Assim, o terrorismo teria feito com que os países passassem a trabalhar juntos, inclusive os antigos inimigos da Guerra Fria, pois eles também estão comprometidos em combater a grande fonte de instabilidade que ameaça a paz mundial.

Em suma, o presidente Bush define os inimigos não só como organizações terroristas, mas também governos tidos como produtores ou armazenadores de armas de destruição em massa, de forma que “Estados como este [Irã, Iraque e Coreia do Norte], e seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, armado para ameaçar a paz no mundo” (BUSH, 2002a, tradução nossa). Ao fazer essa classificação do Eixo do Mal e, como visto anteriormente, dividindo o mundo entre civilizado e não-civilizado, o presidente Bush estaria fazendo a divisão de sentido entre o mal – o terrorismo e os Estados que lhes dão suporte – e aquilo que seria o bem para o mundo – a cooperação entre os Estados e a atuação da nação norte-americana para buscar a paz, a justiça, a prosperidade e a liberdade.

3. O terror e a sociedade de estados: perspectiva internacional

170

O Construtivismo Estrutural de Alexander Wendt (1999) entende que "o caráter da vida internacional é determinado pelas crenças e expectativas que os Estados têm sobre eles, e isso está constituído largamente pela estrutura social ao invés da material" (WENDT, 1999:20, tradução nossa). As formas como os Estados se relacionam depende do conhecimento intersubjetivo e as expectativas da "distribuição do conhecimento" entre eles (WENDT, 1999). Com a emergência de novos problemas – como no caso do terrorismo transnacional -, o êxito da estratégia norte-americana de combate ao terrorismo depende, em grande medida, de que os outros Estados do Sistema Internacional compartilhem de sua percepção do que seja o terrorismo e de quais seriam os melhores meios para impedir suas ações no plano externo.

Entendemos que o público externo a quem o Presidente Bush se dirige está circunscrito à Organização das Nações Unidas (ONU), uma vez que esta pode ser entendida como uma Instituição Internacional cujo principal objetivo é criar condições propícias à paz mundial (SANTOS FILHO, *no prelo*). Vale recordar que as instituições:

Socializam os agentes em práticas comuns frente aos mesmos problemas, difundem valores e padrões de comportamento, bem como propiciam um campo de possibilidades para a tomada de decisão comum favorecendo, desta maneira, a negociação de divergências e fomentando a cooperação (SANTOS FILHO, *no prelo*:4).

No âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, em que todos os membros são soberanos e formalmente iguais (SANTOS FILHO, *no prelo*), dois momentos são analisados: o primeiro em novembro de 2001 durante a 56ª reunião, em que o presidente dá ênfase no combate ao terrorismo através da destruição do regime Talibã no Afeganistão; e o segundo em setembro de 2002 durante a 57ª reunião, em que o presidente Bush alerta para o perigo imposto pelo regime de Saddam Hussein no Iraque. Utilizaremos aqui o mesmo critério de análise da seção anterior para os discursos voltados para o público interno: o uso das palavras "América", "Terror" e "Paz".

No discurso de novembro de 2001, a palavra "América" tem os sentidos de: (1) nação para os norte-americanos; e (2) potência internacional. No sentido de nação para os norte-americanos, América simboliza a confirmação dos valores encontrados na sociedade norte-americana. O presidente infere que esses ideais são acordados por outras nações no mundo. Como exemplo:

Existe uma corrente na história, e ela tem como curso a liberdade. Os nossos inimigos não percebem e não dão crédito a isso, mas os sonhos da humanidade são definidos pela liberdade – o direito natural de criar, construir, louvar, e viver com dignidade. Quando homens e mulheres são libertados da opressão e isolamento, eles encontram preenchimento e esperança, e deixam a pobreza para trás. Essas aspirações estão animando as pessoas da Europa, Ásia, África e Américas, e elas podem animar todo o mundo islâmico. Nós lutamos pela esperança permanente na humanidade, e essa esperança não será negada (BUSH, 2001b, tradução nossa).

Através dessa citação, pode-se inferir que o presidente Bush define que o principal valor da humanidade é a liberdade, pois ela está presente no mundo todo. A pobreza seria consequência direta da ausência desse valor nas sociedades. Logo, os Estados Unidos estariam levando a liberdade para o mundo, o que criaria a esperança de uma nação melhor. O inimigo terrorista perceberia tal característica da sociedade americana, o que o

leva a atacar os Estados Unidos:

171

Como eu disse ao povo norte-americano, a liberdade e o medo estão em guerra. Nós encaramos inimigos que odeiam não as nossas políticas, mas a nossa existência, a Tolerância, a abertura e a cultura criativa que nos definem. Mas o resultado desse conflito é certo (BUSH, 2002b, tradução nossa).

O inimigo terrorista tenta destruir não o Estado norte-americano, mas sim os valores da sociedade norte-americana. E esses valores podem ser encontrados em todas as nações que lutam pela liberdade e que irão, também, fazê-lo contra o terrorismo. Dessa forma, o objetivo da guerra ao terror seria justamente esse: combater aquele que ameaça a manutenção desses valores no mundo.

Os Estados Unidos, como potência internacional, através das medidas que vem tomando no Afeganistão a fim de combater a ameaça à liberdade e justiça, contribuem, juntamente com os demais países que partilham de seus valores, para a construção de um mundo livre do mal. Como exemplo:

Os Estados Unidos, com o suporte de muitas nações, estão levando justiça aos terroristas no Afeganistão. Nós estamos fazendo progresso contra alvos militares – e esse é o nosso objetivo. Diferente dos inimigos, nós pretendemos minimizar, e não maximizar, a perda de vidas inocentes. Eu estou orgulhoso da conduta honrosa das forças armadas norte-americanas. E meu país lamenta por todo o sofrimento que o Talibã trouxe para o Afeganistão, incluindo o peso terrível da guerra (BUSH, 2001b, tradução nossa).

Segundo o presidente, a operação militar no Afeganistão conta com o suporte de muitas nações, ainda que elas não sejam exemplificadas. O Afeganistão está em guerra não pela operação militar norte-americana, mas sim devido ao regime talibã. Ainda, os inimigos estariam sendo combatidos não só através da força militar, mas também através da justiça que está sendo levada, pela aliança liderada pelos Estados Unidos, ao Afeganistão.

Em relação aos aliados, o presidente também especifica como se dão essas relações, enfatizando que todos eles devem contribuir de alguma forma na guerra:

As conspirações do terror estão sendo respondidas por uma coalizão global em expansão. Nem todas as nações tomarão parte em cada ação contra o inimigo. Mas toda nação em nossa coalizão tem deveres. Esses deveres podem ser exaustivos, como nós estamos aprendendo na América. Nós já fizemos ajustes nas nossas leis e na nossa vida diária. Nós estamos tomando novas medidas para investigar o terror e proteger-nos contra ameaças (BUSH, 2001b, tradução nossa).

Os países da coalizão global devem agir com a mesma determinação norte-americana, e nem sempre eles irão atuar no âmbito externo. Entretanto, mudanças podem ser feitas no nível doméstico, de forma a investigar e criar meios de proteção contra o terrorismo. A partir de tal ação, o presidente Bush poderia ter como um de seus objetivos obter mais informações domésticas sobre o terrorismo em cada Estado, além de estar ciente das reais capacidades de cada um para combatê-lo.

A palavra "Terror" no discurso ao público externo em novembro de 2001 tem três sentidos: (1) guerra ao terror; (2) prática terrorista; e (3) ato de terror. Em relação a guerra ao terror, Bush explica os objetivos da guerra:

A Guerra ao Terror não deve servir como uma desculpa para perseguir minorias étnicas e religiosas em nenhum país. Pessoas que são inocentes devem ser permitidas a elas viver suas

próprias vidas, pelos seus próprios costumes, sob sua própria religião. E todas as nações devem ter as suas avenidas para expressão pacífica de opinião e desacordo (BUSH, 2001b, tradução nossa).

172

O terror é um entrave para que as pessoas possam viver segundo a melhor maneira que escolheram e o seu combate não se dirige às minorias que são por ele oprimidas, mas justamente para libertá-las desta opressão. Segundo o presidente Bush, a “avenida para expressão pacífica” seria através da democracia. Entretanto, ao mesmo tempo que o presidente diz que as pessoas devem ter os seus próprios costumes, há a afirmação de que a democracia é a forma por meio da qual as pessoas expressariam suas opiniões. Mas em nenhum momento o presidente diz que a democracia é inerente aos países. Logo, há uma inconsistência no discurso, pois algo que não é próprio aos cidadãos é a melhor forma de expressão dos mesmos. Contudo, esta inconsistência abre espaço para que, uma vez que não existe a prática da democracia nestes países, esta pode ser levada por aquele que se julga o farol da liberdade e o seu guardião ao redor do mundo: os próprios Estados Unidos.

Outro sentido adotado para a palavra terror é o de prática terrorista. Bush aproxima a prática terrorista à vida de todas as pessoas:

Eu também agradeço aos países árabes e islâmicos que têm condenado os assassinos terroristas. Muitos de vocês já viram o trabalho destrutivo do terror em suas próprias mãos. Os terroristas estão se tornando isolados pelo seu próprio ódio e extremismo (BUSH, 2001b, tradução nossa).

O terror é, segundo o presidente Bush, desprovido de seu conteúdo político e reduzido à sua prática simplesmente de cometer assassinatos. Ao ser considerado como mero ato criminoso evita-se que questões de natureza ideológica relacionadas às próprias origens e demandas terroristas possam dificultar a formação de alianças políticas no seu combate. Assim, o terrorismo pode ser estendido como prática negativa também as nações islâmicas, tidas como origem dos próprios terroristas. Ao fazer, como ato criminoso, parte também do mundo islâmico e árabe, os Estados Unidos os transformam em vítimas destas ações e, assim, transformar alguns desses países em aliados na Guerra ao Terror. A partir dessa característica, o presidente Bush tenta demonstrar que o terrorismo vem sendo banido pela maioria dos países, inclusive entre aqueles no qual tiveram suas origens, o que levaria ao seu isolamento.

Terror tem também o sentido de ato de terror perpetrado por aqueles que lhes dão guarida. Bush enfatiza que os Estados que dão suporte ao terror são também culpados pelo terrorismo, mas que já existe uma coalizão internacional para combatê-los: “Cada regime que apoia o terror tem um preço a ser pago – e ele será pago. Os aliados do terror são igualmente culpados pelas mortes, e passíveis de justiça” (BUSH, 2001b, tradução nossa). Logo, os possíveis alvos dos Estados Unidos e seus aliados não seriam somente os grupos terroristas, mas também Estados e grupos que supostamente apoiam o terrorismo.

A respeito da coalizão internacional que irá combater o terror:

As conspirações do terror estão sendo respondidas por uma crescente coalizão. (...) Toda nação civilizada aqui presente hoje está decidida a manter o compromisso mais básico da civilização: nós iremos defender nós mesmos e o nosso futuro contra o terror e a violência indiscriminada (BUSH, 2001b, tradução nossa).

Novamente, o presidente Bush caracteriza a presença de outros Estados no combate ao terrorismo, mas não especifica quais são. De qualquer forma, esses Estados fariam parte do mundo civilizado porque eles ajudariam a combater a violência discriminada do ato de

terror. O presidente Bush tenta convencer os demais Estados a combaterem o terror, uma vez que:

173

É o nosso dever – o dever dessa geração – de prover a resposta à agressão e terror. Nós não temos outra escolha, porque não existe outra paz. Nós não pedimos por essa missão, mas há honra no chamado da história. Nós temos a chance de escrever a história de nosso tempo – uma história de coragem derrotando a crueldade, e de luz superando as trevas (BUSH, 2001b, tradução nossa).

O jogo das palavras feitas pelo presidente Bush tenta gerar uma dicotomia entre o certo e o errado, a luz e as trevas, de forma a separar dois grupos: os que apoiam o terror e os que apoiam a liberdade difundida pelos Estados Unidos.

Por fim, a palavra “paz” tem os sentidos de: (1) pacífico; e (2) de paz mundial no discurso de novembro de 2001. O sentido de pacífico remete ao objetivo da Guerra ao Terror: “Pessoas inocentes devem ter a permissão de viverem suas próprias vidas, por seus próprios costumes, sob sua própria religião. E cada nação deve ter avenidas para a expressão pacífica de opiniões e descontentamentos” (BUSH, 2001b, tradução nossa). O sentido de pacífico adotado nessa citação se refere à forma livre e sem conflitos dos indivíduos expressarem suas opiniões em uma mesma sociedade. Apesar de não dizer claramente a palavra, mas tendo em vista que desde o primeiro discurso proferido pelo Presidente Bush há a valorização dos valores inerentes à sociedade e ao Estado norte-americano, podemos afirmar que essa afirmação é um eufemismo. Em outras palavras, o Presidente estaria indiretamente sugerindo que o método para que tal condição seja atingida é através da democracia, coincidindo com um dos grandes objetivos a ser alcançado pela guerra ao terror.

No sentido de paz mundial, Bush reforça os desejos do seu país em avançar na formulação de resoluções que promovam os valores e objetivos mundiais que os terroristas tentam destruir. Essas resoluções viriam das Nações Unidas (ONU), seriam amparadas pelos Estados Unidos e deveriam ser apoiadas por todos aqueles que têm como objetivo a paz e a liberdade: “É o nosso dever – o dever dessa geração – de prover a resposta à agressão e terror. Nós não temos outra escolha, porque não existe outra paz” (BUSH, 2001b, tradução nossa). Para tanto,

Nós devemos prosseguir com a nossa agenda para a paz e a prosperidade em cada território. O meu país está engajado a encorajar o desenvolvimento e a expandir o comércio. (...) seguindo o 11 de setembro, essas seguranças são ainda mais importantes. Na nossa luta contra os grupos de ódio que exploram pobreza e desespero, nós devemos oferecer uma alternativa de oportunidade e esperança (BUSH, 2001b, tradução nossa).

Novamente, o objetivo dos Estados Unidos seria o de promover a democracia e a liberdade. A paz seria uma consequência direta da promoção desses valores para o mundo. Percebe-se novamente a associação entre o terrorismo e a pobreza de um lado e os Estados Unidos, seus aliados e as Nações Unidas com a oportunidade e esperança do outro.

No segundo discurso analisado em relação ao público externo, na 57ª Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2002, a palavra “América” tem o sentido de nação para os norte-americanos. Nessa ocasião, o presidente Bush expõe a ameaça representada pelo regime de Saddam Hussein no que remete à produção de armas de destruição em massa. Para contrapor essa ameaça, o presidente reforça o valor da Organização das Nações

Unidas (ONU) para a manutenção da paz mundial e coloca os Estados Unidos como difusores desse ideal:

174

Essa organização [*no caso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura, UNESCO*] tem sido reformada, e a América irá participar inteiramente na sua missão de avançar com os direitos humanos, tolerância e aprendizado (BUSH, 2002b, tradução nossa).

Através dessa afirmação, o presidente aproxima os objetivos dos Estados Unidos e da ONU, de forma a afirmar que aquele país caminha juntamente com a organização. Dessa forma, os outros países membros da ONU de certa forma também apoiariam os Estados Unidos, pois os valores defendidos são os mesmos.

A palavra "Terror" nos discursos aparece associada ao sentido de Guerra ao Terror, em que o presidente reafirma a participação de aliados: "Muitas nações aqui representadas se uniram na luta contra o terror global, e a nação norte-americana é grata a isso" (BUSH, 2002a, tradução nossa). Novamente, o presidente estabelece a existência de aliados na guerra, mesmo sem especificá-los. Tendo em vista o local em que o discurso proferido foi a Assembleia das Nações Unidas, que conta com a presença de todos os Estados membros da ONU, sugerimos que a adoção de tal estratégia retórica tem um viés diplomático. Em outras palavras, admitindo-se que tanto as capacidades materiais (em termos da teoria realista) quanto os interesses e ideias (em termos da teoria construtivista) dos Estados são distintas, a construção de uma ideia compartilhada acerca do terrorismo deve necessariamente abarcar o máximo de diversidade possível nas formas com que os Estados podem participar e cooperar na Guerra ao Terror.

Os sentidos adotados na palavra "paz" remetem a paz mundial e ao sentido de tranquilidade. Em relação à paz mundial, Bush contrasta-a com o regime de Saddam Hussein, no Iraque. Para o presidente norte-americano, a não-cooperação de Saddam às inspeções da ONU e a forma com que o presidente iraquiano conduz o país aumentam a instabilidade no mundo. Como exemplo:

A conduta do regime iraquiano é uma ameaça à autoridade das Nações Unidas e uma ameaça à paz. O Iraque tem respondido a uma década de demandas da ONU com uma década de insubordinação. (...) mas os objetivos dos Estados Unidos não devem ser postos em dúvida. As resoluções do Conselho de Segurança serão reforçadas, as demandas justas por paz e segurança serão encontradas, ou a ação será inevitável e o regime que perdeu sua legitimidade também perderá seu poder (BUSH, 2002b, tradução nossa).

Segundo o presidente Bush, as políticas de Saddam Hussein ameaçam a paz mundial e não respeitam as resoluções das Nações Unidas. Logo, o regime de Saddam Hussein não iria de encontro aos ideais norte-americanos, mas sim da sociedade internacional. Como os Estados Unidos estão lutando a favor da ONU e da liberdade, o presidente Bush reafirma que caso a liberdade seja ameaçada, os Estados Unidos irão agir.

Outra associação para a palavra paz pode ser encontrada no discurso de Bush em relação ao regime de Saddam Hussein. Paz pode ter também o sentido de tranquilidade, principalmente paz para Saddam Hussein. Para que o Iraque tenha paz, Saddam Hussein deve obedecer às resoluções da ONU e destruir suas armas de destruição em massa:

Se o regime iraquiano deseja paz, ele irá imediatamente cessar todo o suporte ao terrorismo e agir de forma a reprimi-lo – como todos os Estados são requeridos a fazer pela resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (BUSH, 2002b, tradução nossa).

Novamente, o Iraque deve cooperar não com os Estados Unidos, mas com a ONU. Caso não o faça, não será objeto de ações de retaliação unilateral norte-americana, mas de ações em nome da estabilidade internacional da qual as Nações Unidas são institucionalmente responsáveis, consubstanciadas nas decisões de intervir do Estado norte-americano como membro desta mesma organização.

175

4. A arquitetura das palavras: comparando públicos e discursos

A construção da Guerra ao Terror tem a mesma essência para ambos os públicos: explicar o porquê de os Estados Unidos terem sido atacados, caracterizar o inimigo e afirmar que os Estados Unidos têm aliados. O terrorismo é interpretado pelo presidente Bush como mal, uma força negativa que tem como objetivo destruir os valores humanos do “mundo civilizado” enquanto que os Estados Unidos e os seus aliados estariam lutando contra o mal que aflige o mundo e aprisiona certas sociedades. A Guerra ao Terror pretende libertar o mundo da opressão através da justiça e da liberdade porque elas são “(...) corretas, verdadeiras e imutáveis para as pessoas em todos os lugares do mundo” (BUSH, 2002a, tradução nossa). Logo, a guerra contra o terror é mais do que uma estratégia de combate ao terrorismo, pois

A América estará do lado dos bravos homens e mulheres que apoiam esses valores pelo mundo, incluindo o mundo islâmico, porque nós temos um objetivo maior do que eliminar ameaças e conter o ressentimento. Nós buscamos um mundo justo e pacífico além da guerra contra o terror (BUSH, 2002a, tradução nossa).

A guerra ao terror se faz necessária não só para eliminar o terrorismo, mas para garantir a paz, a prosperidade e a manutenção da liberdade e da democracia. De certa forma, o presidente Bush projeta uma guerra em prol de valores. Do ponto de vista do governo norte-americano, os valores propostos pelo presidente Bush não são impositivos porque eles são os mesmos representados pela dignidade humana. Em última instância, tem-se a luta pelos valores do mundo civilizado. Como o Presidente afirmou anteriormente, o mundo civilizado está confiante na vitória da guerra ao terror, pois são esses os valores que devem prevalecer entre os Estados e nações.

A diferença entre os dois públicos estaria na justificativa de cada um se engajar na guerra. Para a nação norte-americana, “América” é construída como uma nação excepcional, privilegiada, que foi atacada pelo mal porque ela é iluminada pelo farol da liberdade. Os valores nacionais são invocados porque o nacionalismo constitui um repertório de significados que, compartilhados, permitem interlocução entre o Estado e a sociedade. A natureza do nacionalismo, “sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum” (GUIBERNAU, 1996:56), abre um campo de possibilidades a partir das quais esta interlocução pode ocorrer.

Além desse sentido patriótico de nação, a América é um país preponderante no Sistema Internacional por ter a capacidade de agir unilateralmente, combater o terrorismo onde quer que ele esteja e de reconstruir países devastados pelo mal. Já no âmbito externo, “América” é uma nação que reafirma os valores da ONU, luta contra as injustiças impostas pelo terrorismo e se mostra engajada na difusão dos valores do mundo civilizado. Essas características são próprias do povo norte-americano e por isso os Estados Unidos irão agir mesmo quando nenhum outro Estado assim o fizer.

A palavra "Terror" é interpretada para a nação como o mal que deve ser combatido a qualquer custo. O terrorismo vai ser combatido graças à capacidade bélica do exército e o próprio ideal que sustenta simbolicamente o uso da força bélica:

176

Nós não podemos ser breves. Se nós pararmos agora – deixando campos de treinamento terrorismo intactos e Estados terroristas sem inspeção – o nosso senso de segurança será falso e temporário. A História convocou a América e os nossos aliados para a ação, e é tanto nossa responsabilidade como privilégio lutar a luta pela liberdade (BUSH, 2002a, tradução nossa).

O terrorismo do 11 de setembro teria provocado, em última instância, a alteração da paz e da liberdade no mundo. Enquanto o terrorismo não for completamente eliminado, não haverá um sentido de segurança completo. Dessa forma, não há outra alternativa a não ser lutar contra o terror. Para o público externo, com a palavra "Terror", o presidente Bush tenta aproximar o terror à vida e desafios dos Estados do Sistema Internacional, sempre enfatizando que já existem aliados para essa guerra:

Nós devemos falar a verdade sobre o terror. Que nós nunca mais deixemos tolerar teorias de conspirações ultrajantes que remetem aos ataques de 11 de setembro – mentiras maliciosas que tentam tirar a culpa dos terroristas (BUSH, 2001b, tradução nossa).

Por fim, a palavra "Paz", para o público interno, contrasta seu sentido com a palavra terror. Enquanto o terrorismo existir, a paz estará sob ameaça. Mas os Estados Unidos já estariam tomando as providências, uma vez que existe uma coalizão a fim de garantir a paz mundial. Para os Estados do Sistema Internacional, o discurso de Bush em 2001 realça a ameaça imposta pelo terrorismo por grupos terroristas, como o regime talibã. Já no discurso de setembro de 2002, Bush estabelece que a principal ameaça à paz é o Iraque com a sua produção ilegal de armas de destruição em massa.

Consequências da estratégia norte-americana de combate ao terror

Em linhas gerais, a proclamação de uma guerra por qualquer Estado no Sistema Internacional é problemática porque para ser reconhecida com um mínimo de legitimidade, ela deve estar de acordo com os princípios estabelecidos pela Carta das Nações Unidas. O Terrorismo é um inimigo problemático porque a sua atuação é de caráter transnacional. Esses dois problemas são maximizados quando se leva em consideração que o país alvo dos ataques terroristas foram os Estados Unidos da América, porque este é visto como um Estado preponderante no sistema, "garantidor" da ordem internacional (BOLECHÓW, 2005). Tal posição poderia prover este Estado de condições para arcar com os custos de uma ação unilateral sem levar em consideração os órgãos multilaterais ou respeitar a transnacionalidade do terrorismo.

Nesse sentido, a "Guerra ao Terror" pode ser interpretada como uma resposta unilateral, pois a partir da interpretação de terrorismo para o governo norte-americano, este constrói seus objetivos de combate ao terror estabelecendo: (1) a forma com que esse conflito irá se escalar; (2) a maneira com que os aliados devem participar da coalizão; (e 3) o local e tempo de extensão do conflito. Não existe um espaço de negociação entre os países na política traçada pelo Governo Bush nem a possibilidade de outras interpretações acerca do que seria guerra ou terrorismo. Essa questão é problemática por que:

Em uma análise política do terrorismo e do antiterrorismo, o que mais importa são os processos que moldam como os grupos e os governos concebem o uso da violência, como o público percebe e interpreta a insegurança, e como as ameaças são construídas politicamente (KATZENSTEIN, 2003:734, tradução nossa).

A percepção e a interpretação dos processos citados por Peter Katzenstein (2003) dependem do grau de institucionalização das normas do "eu" e do "outro". Cada Estado identifica essas percepções através de um entendimento compartilhado com as sociedades das quais fazem parte, e não através de uma imposição externa. Assim, a estratégia de combate ao terror falha duplamente ao se expressar como uma política multilateral porque, ao enfatizar em seus discursos a visão norte-americana do mundo, dificulta a assimilação dos valores e interesses norte-americanos no combate ao terrorismo por parte dos outros Estados.

177

O presente trabalho procurou demonstrar a via única em que o governo norte-americano construiu os seus interesses e identidades no passado recente. A partir da análise do discurso do Governo dos Estados Unidos, nas falas de seu Presidente no imediato período pós-11 de setembro de 2001, pode-se inferir que a ideia da "Guerra ao Terror" encontrou barreiras ao se procurar compartilhá-la entre os Estados do Sistema Internacional. Os dois principais problemas remetem às características intrínsecas à sua estratégia (os objetivos, ideais, alvo e a busca por aliados) e à forma por meio da qual os Estados Unidos, ao interagirem com os demais Estados, tentaram construir uma identidade coletiva baseada nos valores domésticos norte-americanos. Em outras palavras, se a guerra tinha como pano de fundo a construção de valores compartilhados, em alguma medida as capacidades materiais norte-americanas parecem ter tido peso consideravelmente maior na projeção dos Estados Unidos no âmbito da Guerra ao Terror.

Da forma como foi executada, a política norte-americana de construção de consenso em torno de ações antiterroristas se resumia à dicotomia binária do "sim ou não", deixando aos demais Estados apenas a opção entre a adesão às ideias, conceitos e estratégias de ação – um bloco monolítico conceitual – defendidos pelos EUA, ou a rejeição total a essas. Ao jogar com a dicotomia entre o Bem e o Mal, o presidente Bush impõe a existência de dois lados antagônicos que os Estados devem escolher entre aliar-se aos terroristas ou unir-se aos Estados Unidos. Sobra uma gama de interpretações acerca do que se passa no Sistema internacional, uma vez que as normas e regras no uso da força estariam sujeitas ao modo de combate norte-americano ao terrorismo. Fica a dúvida sobre a real intencionalidade do bom e do mau.

(Recebido para publicação em janeiro de 2015)

(Reapresentado em maio de 2015)

(Aprovado para publicação em maio de 2015)

Cite este artigo

DUTRA, Walkiria Zambrzycki. "Guerra ao Terror": A (des)construção de uma resposta estratégica de combate ao terrorismo. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, pp. 148-170, dezembro 2015. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

Notas

1. Este trabalho é resultado parcial do projeto de pesquisa desenvolvido pela autora intitulado "A Construção do conhecimento compartilhado entre os Estados Unidos e os demais Estados do Sistema Internacional

acerca da "Guerra ao Terror", com bolsa de Iniciação Científica patrocinada pela FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Agradeço os comentários de Onofre dos Santos Filho ao longo da elaboração deste artigo.

178

2. O avião não chegou ao seu destino. O voo 93 caiu no estado da Pensilvânia, mas acredita-se que o seu destino final era a Casa Branca. Entretanto, tal afirmativa ainda permanece sem confirmação. A causa da queda do voo 93 também apresenta mais de uma explicação. A hipótese mais aceita é a de que houve uma luta entre os passageiros e os sequestradores, que culminou na queda do avião (RISEN e JOHNSTON, 2001).

3. O World Trade Center é um projeto que foi idealizado por empresários norte-americanos que trabalhavam na ilha de Manhattan, em Nova York, na década de 50. O objetivo era construir um complexo de edifícios que representassem o comércio mundial (WTC.COM, 2008).

4. Vale ressaltar que o marco histórico e as características dessa nova "era" do terrorismo não são acordados entre todos os autores devido a: 1) as diferentes percepções de quem o pratica, pois podem ser indivíduos, ou grupos de indivíduos, ou até mesmo os Estados e outros agentes estatais (BERGESEN, LIZARDO, 2004); e 2) há fatores culturais que dificultam uma padronização nos fenômenos classificados como terrorismo (CRENSHAW, 2000).

5. Segundo notícia publicada no The New York Times (2008), os 2992 mortos incluem: 2759 no World Trade Center; 125 no Pentágono; no voo 93 que caiu na Pensilvânia foram 44 mortos; e 406 profissionais que ajudaram no resgate de possíveis sobreviventes dentro do World Trade Center. Estes profissionais incluem membros do Departamento de Polícia de Nova York, do Departamento de Bombeiros de Nova York; da Polícia Portuária e do Serviço de Emergência Médica.

6. O Afeganistão nunca deixou de ser a opção mais viável para um primeiro ataque bem-sucedido (WOODWARD, 2005). Como dito anteriormente, a grande ameaça já identificada pelo Governo norte-americano em relação ao terrorismo era a Al Qaeda, que tinha seu centro de operações no Afeganistão. Governado pelos talibãs, o Afeganistão era acusado de oferecer suporte operacional às ações terroristas da Al Qaeda.

7. O Iraque era visto como fonte instabilidade não só pelo Departamento de Defesa, mas por todo Gabinete de Segurança Nacional. Ambos acreditavam que "Saddam Hussein era uma ameaça, um líder determinado em adquirir e talvez usar armas de destruição em massa" (WOODWARD, 2005, p 49, tradução nossa). Segundo o autor, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld gostaria de aproveitar a "brecha" aberta pelos ataques terroristas para invadir o Iraque. Entretanto, o presidente Bush, apesar de compartilhar das preocupações em relação ao Governo de Saddam Hussein, deu uma resposta final quanto a uma intervenção nas primeiras semanas após os ataques terroristas de 11

de setembro de 2001: "Eu acredito que o Iraque estava envolvido, mas eu não vou atacá-los agora. Até o momento eu não tenho evidências suficientes" (BUSH apud WOODWARD, 2005, p. 99, tradução nossa).

179

Referências bibliográficas

AYERBE, Luis Fernando. Cultura e Hegemonia na Nova Ordem Mundial. O Ocidente e o "Resto" América Latina e o Caribe na cultura do Império. CLACSO, Buenos Aires, cap. 1, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ayerbe/capitulol.pdf>>. Acesso em: 15 abril, 2008.

BARBER, Benjamin R. O Império do Medo. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BERGESEN, Albert J; LIZARDO, Omar. International Terrorism and the World-System. American Sociological Association, 2004, vol. 22, no. 1, pp. 38-52.

BLACK, Donald. The Geometry of Terrorism. Sociological Theory, 2004, vol. 22, n. 1, pp. 14-25.

BOLECHÓW, Bartosz. The United States of America Vis-à-Vis Terrorism: The Super Power's Weaknesses and Mistakes. American Behavioral Scientist, 2005, vol. 48, n. 783, pp. 783-794.

BOUDON, Raymond. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BUSH, George W. Statement by the president in his address to the nation. 2001a. Disponível em <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html>>. Acesso em: 26 set. 2008.

BUSH, George W. U.S. President Bush's speech to United Nations. 2001b. Disponível em <<http://edition.cnn.com/2001/US/11/10/ret.bush.un.transcript/index.html>>. Acesso em: 15 ago. 2009

BUSH, George W. President Delivers State of the Union Address. 2002a. Disponível em <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>>. Acesso em: 15 ago. 2009

BUSH, George W. Speech by George W. Bush, President of the United States,

at the United Nations General Assembly, 12 September 2002. 2002b. Disponível em <<http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/IRAQ/BUSH0902.HTM>>. Acesso em: 15 ago. 2009

CRENSHAW, Martha. The Psychology of Terrorism: An agenda for the 21st Century. International Society of Political Psychology, 2000, vol. 21, no. 2, pp. 405-420.

CRONIN, Audrey Kurth. Behind the curve: Globalization and International Terrorism. The MIT Press. Inverno 2002-2003, vol. 27, no. 3, pp. 30-58.

DEUTCH, John. Terrorism. Foreign Policy, 1997, no. 108, pp. 10-22.

DINIZ, Eugênio. Compreendendo o fenômeno terrorismo. São Paulo: Hucitec: 2004.

- ENDERS, Walter; SANDLER, Todd. Patterns of Transnational Terrorism, 1970-1999: Alternative Time-Series Estimates. Blackwell Publishing on behalf of The International Studies Association, 2002, vol. 46, no. 2, pp. 145-165. 180
- GUIBERNAU, Montserrat. Nacionalismos: O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- HAMILTON, Lawrence C; HAMILTON, James D. Dynamics of Terrorism. International Studies Quarterly, 1983, vol. 27, n. 1, pp. 39-54.
- HARVARD LAW REVIEW. Responding to Terrorism: Crime, Punishment, and War. Harvard Law Review, 2002, vol. 115, n. 4, pp. 1217-1238.
- HOMER-DIXON, Thomas. The rise of Complex Terrorism. Foreign Policy, 2002, n. 128, pp. 52-62.
- JERVIS, Robert. From Balance to Concert: A Study of International Security Cooperation. World Politics, 1985, vol. 38, n. 1, p. 58-79.
- KATZENSTEIN, Peter J. Same War: Different Views: Germany, Japan, and Counterterrorism. International Organization, 2003, vol. 57, no. 4, pp. 731-760.
- LOSURDO, Domenico. A Linguagem do Império. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NABERS, Dirk. Culture and Collective Action: Japan, Germany and the United States after 11 September 2001. Cooperation and Conflict, 2006, vol. 41, no. 3, pp. 305-326.
- OLIC, Nelson Bacic. Terrorismo: uma ameaça do século XXI. s/d. Disponível em <http://www4.moderna.com.br/pnld2011/download/complementacao_pedagogica/geografia/terrorismo_ameaca_do_seculo_xxi.pdf>. Acesso em: 28 maio, 2015.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos: Hegemonia e Liderança na Transição. Porto Alegre: Editora Vozes, 2003.
- RISEN, James; JOHNSTON, David. Tape Reveals Wild Struggle on Flight 93. 2001. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2001/09/22/national/22INQU.html?ex=1216872000&en=2d3950b82f52b301&ei=5070>>. Acesso em: 12 ago., 2009.
- ROSENAU, James. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. 11 de setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. Revista de Sociologia e Política. 2015, v. 23, n. 53, pp. 9-26.
- SANTOS FILHO, Onofre. A organização das Nações Unidas e o conflito no Iraque: perspectivas. *no prelo*.
- TILLY, Charles. Terror, Terrorism, Terrorists. American Sociological Association, 2004, vol. 22, no. 1, pp. 5-13.

- VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. Os Dilemas Civilizatórios da Globalização Frente ao Terrorismo Fundamentalista. *Cena Internacional*, 2001, ano 3, nº 2, pp. 5-3. 181
- WALTZ, Kenneth. Structural Realism after the Cold War. *International Security*, 2000, vol. 25, n. 1, pp. 5-41.
- WEDGWOOD, Ruth. Al Qaeda, Terrorism, and Military Commissions. *The American Journal of International Law*, 2002, vol. 96, n. 2, pp. 328-337.
- WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- WOODWARD, Bob. *Bush at War*. Nova York: Simon & Schuster Paperback, 2005.
- WTC.COM. WTC Origins. 2008. Disponível em < <http://www.wtc.com/about/wtc-origins>>. Acesso em: 12 ago., 2009.